



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ENSINO
CURSO LIVRE

ASPECTOS MATERIAIS E PROCESSUAIS
CONTROVERTIDOS DA TUTELA COLETIVA

Coordenação: Dra. Mônica Lúcia do Nascimento Alcântara Botelho

Objetivo do curso: Aspectos materiais e processuais controvertidos da Tutela Coletiva: análise do microsistema coletivo, do Projeto de Lei de modificação do processo coletivo PL nº1641/21, denominado de Projeto de Lei Ada Pelegrini Grinover, que teve por finalidade aperfeiçoar os dois projetos anteriores (PL nº 4.778/20 e PL nº 4.441/20), a tutela do Meio Ambiente, patrimônio público, consumidor, saúde, os direitos dos vulneráveis e os impactos da Lei nº 14.230, de 25.10.2021 que alterou a Lei n 8.429, de 2.06.1992, que dispõe sobre improbidade administrativa.

Público-alvo: Operadores do Direito em geral.

INFORMAÇÕES

Aula Inaugural: 07/02/2022

Horário: 08h Às 9h.

Início do curso: 07/02/2022

Horários: 09h às 12h (2ª a 6ª)

Valor do Investimento: R\$225,00 (parcela única).

Inscrições on-line no site da EMERJ

De 21/12/2021 à 02/02/2022

Documentação para inscrição:

- Identidade e CPF
- Comprovante de depósito
- Comprovante de Residência

Forma de pagamento:

- Boleto bancário

OBS : AS AULAS SERÃO MINISTRADAS AO VIVO E DISPONIBILIZADAS AOS ALUNOS QUE, EVENTUALMENTE, NÃO CONSEGUIREM ASSISTIR-LAS, E SERÃO MANTIDAS NO PORTAL DO ALUNO POR UM PERÍODO DE 30 DIAS, CONTADOS DA DATA DA REALIZAÇÃO DA AULA.

**As aulas serão on-line pela Plataforma
ZOOM**

Importante:

O participante só terá direito ao Certificado, caso obtenha 75% de frequência nas aulas.

PROGRAMAÇÃO

Aula 1 – 07/02/2022

- De 09h às 12h
- Tema:
- I –BREVE ANÁLISE DA TUTELA COLETIVA NA PRÁTICA E NA DOUTRINA. 1.1- O acesso à justiça e o microsistema de tutela coletiva. 1.2 Dos direitos transindividuais lato sensu. Dos direitos difusos. Direitos coletivos. Direitos individuais homogêneos. Evolução da doutrina e jurisprudência. 1.3 Processo estrutural 1.4 sistema multiportas e tutela coletiva 1.5 Controle judicial das políticas públicas. 1.6 ACP ambiental: questões controvertidas na doutrina e a jurisprudência. 1.7 Análise do Projeto de Lei de modificação do processo coletivo PL nº1641/21.
- **Professora:** Mônica Lúcia do Nascimento Alcântara Botelho

Aula 2 – 08/02/2022

- De 09h às 12h
- Tema:
- II- O DANO AMBIENTAL E A TUTELA COLETIVA: 2.1 O conceito de dano moral à luz do Direito Civil constitucional 2.2 Os “novos” danos: dano biológico à saúde, dano existencial, dano social, teoria da perda de uma chance, teoria do desvio produtivo do consumidor 2-3 - O dano ambiental e a jurisprudência Solidariedade e a imprescritibilidade da reparação do dano ambiental e a jurisprudência. 2.4. A responsabilidade administrativa ambiental e a jurisprudência.
- **Professora:** Mônica Lúcia do Nascimento Alcântara Botelho

Aula 3 – 09/02/2022

- De 09h às 12h
- Tema:

III- A TUTELA COLETIVA DO MEIO AMBIENTE E DOS VULNERÁVEIS: 3. O Direito Ambiental e a saúde na Constituição. A atuação do MP e dos demais legitimados coletivos. 3.1. Princípios do direito ambiental 3.2- Lei n 6.938/1981, Lei da Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA 3.3 Competência para o licenciamento ambiental, Resolução do Conama n.237/97, a tutela coletiva e a jurisprudência. 3.3. Políticas públicas, privadas e ações concretas para utilização sustentável dos recursos naturais - Agravamento do esgotamento dos recursos hídricos, contaminação do solo e do ar e perda da biodiversidade. 3.3 A tutela coletiva e os direitos dos vulneráveis (saúde, consumidor, idosos, criança e adolescentes) e a jurisprudência.

- **Professora:** Renata Chamma

Aula 4 – 10/02/2022

- De 09h às 12h
- Tema:

IV - REGRAMENTO PROCESSUAL DA TUTELA COLETIVA I. 4.1. Legitimidade. 4.2. Competência. 4.3. Tutela provisória. 4.4. Migração entre os polos da demanda. 4.5. Meios de impugnação da decisão e a jurisprudência. 4.6 Ações Cíveis Públicas e os projetos de lei, análise comparativa dos PL nº1641/21 e PL nº 4.778/20 (Projeto CNJ).

- **Professor:** Guilherme Kronenberg Hartmann

Aula 5 – 11/02/2022

- De 09h às 12h
- Tema:

REGRAMENTO PROCESSUAL DA TUTELA COLETIVA II. 5.1. Relação entre demandas coletivas e relação entre demandas coletivas e individuais. 5.2. Coisa julgada. 5.3. Execução. 5.4. Instrumentos extrajudiciais de tutela coletiva: inquérito civil, recomendação e termo de ajustamento de conduta. 5.5. Diversos instrumentos de tutela coletiva e a jurisprudência do STJ: ação popular, mandado de segurança coletivo, mandado de injunção coletivo e ação de improbidade administrativa (análise dos impactos das recentes alterações da LIA pela Lei nº 14.230, de 25.10.2021).

- **Professor:** José Claudio Torres Vasconcelos

PROFESSORES

Juíza Federal Mônica Lúcia do Nascimento Alcântara Botelho

Prof. Monica Lucia do Nascimento Alcântara Botelho, Mestre em Direito pela UNESA, Especialista pela UNESA/EMERJ, Juíza Federal titular da 2ª Vara Federal de São Pedro Da Aldeia, especialista em demandas complexas, professora de responsabilidade civil, ambiental e administrativa.

Profª. Esp. Renata Chamma

Prof. Renata Chamma, Advogada com perfil generalista, com mais de 10 anos de experiência em departamentos jurídicos de empresas, Consultora Jurídica na Empresa Engeele Soluções, Pós Graduada em Direito Ambiental e Urbanístico na PUC Minas, Especialista em Direito Público e Privado pela EMERJ - Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro com atuação acadêmica em Direito Ambiental no Curso de Formação em Direito oferecido pelo EMERJ, Especialização em Direito Ambiental e Agronegócios, no IJCS, Pós-Graduação em Direito Imobiliário, com ênfase em Ambiental e Urbanístico na UCAM/RJ, além de Cursos Jurídicos voltados para Concurso Público. Examinadora de Banca de Concurso Público, como Professora Revisora de Direito Ambiental, e aprovada no Concurso para Ingresso na Carreira de Juiz Leigo do Tribunal do Estado do Rio de Janeiro (TJ/RJ).

Prof. Dr. Guilherme Kronenberg Hartmann

doutor e mestre pela UERJ, Professor Adjunto da UFRJ e professor de diversas universidades e cursos de graduação e pós-graduação. Professor da EMERJ, da AMPERJ e da FGV. Vice-Presidente da Comissão de Recuperação de Ativos em Fraudes Internacionais da OAB. Advogado.

Prof. Me. José Claudio Torres Vasconcelos

Mestre em direito pela UERJ, professor da Escola Superior da Advocacia, professor e palestrante da Escola de Administração Judiciária - TJRJ, professor - FUNENSEG, professor da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - FEMPERJ, professor de graduação e pós-graduação em diversas universidades, assessor de órgão julgador no Tribunal de Justiça